

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os trabalhadores da limpeza da CP, que fazem a limpeza dos comboios de norte a sul do País, voltam a estar confrontados com a incerteza do pagamento dos seus vencimentos, depois da empresa Ambiente e Jardim lhes ter ficado a dever muito dinheiro. Agora é a vez da empresa Highpoint, que pagou com atraso o subsídio de Natal e tem o salário de janeiro pago a 50% aos trabalhadores.

A empresa só pagou o subsídio de Natal dia 18 de dezembro e há trabalhadores a queixarem-se de cortes, aparentemente indiscriminados. No início de janeiro foram os salários pagos a 50 por cento. Inicialmente, a empresa disse que iria pagar o restante até dia 6. Dia 6 já passou e de acordo com o que informaram os serviços administrativos, não há data prevista para o pagamento da totalidade dos salários.

Do que temos conhecimento, a CP afirma que pagou tudo o que foi previamente acordado entre as duas entidades, portanto o dinheiro existe e a verba foi disponibilizada para a Highpoint poder pagar salários.

Estamos perante uma situação inadmissível e que tem de ser rapidamente resolvida, inclusivamente o pagamento dos valores em atraso, relativamente à empresa Ambiente e Jardim.

Este é um trabalho penoso, com os trabalhadores muitas vezes à chuva, ou sujeitos ao calor intenso dentro das carruagens, no verão. Estes mesmos trabalhadores recebem o salário mínimo e confrontam-se com falta de material de trabalho e de fardamento apropriado. Muitos trabalham seis dias por semana e folgam apenas um dia (com horários de 7 horas). Feriados não são pagos corretamente. A situação está a tornar-se insustentável para estes trabalhadores. Para o PCP, é claro que o primeiro passo a dar é ser a CP a responsabilizar-se por estes trabalhadores e por tudo o que está em atraso. A subcontratação de trabalhadores é modelo falhado, que aumenta os custos da mão de obra e principalmente penaliza de forma inaceitável os trabalhadores. Isto ficou provado em vários sectores profissionais. Aprovou-se um conjunto de restrições relativamente às empresas prestadoras de serviços, mas que não mudou em nada a sua conduta.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta as

seguintes perguntas:

1. Que conhecimento tem a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre os salários em atraso aos trabalhadores da limpeza da CP e sobre as práticas da empresa Highpoint?
2. Que medidas é que foram tomadas pela CP e pelas tutelas para prevenir estas situações após o que se sucedeu com a Ambiente e Jardim?
3. Que diligências foram tomadas ou serão tomadas para que os trabalhadores sejam contratados pela CP?

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2025

Deputado(a)s

ANTÓNIO FILIPE(PCP)